

**TURISMO NO ESPAÇO RURAL: A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS INSTALAÇÕES PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS CAUSADOS PELO EXCESSO DE CARGA NOS AMBIENTES RURAIS E NATURAIS**

**JOÃO VICENTE ANDRÉ; RONIE PETERSON SILVESTRE;**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**

**PORTO VELHO - RO - BRASIL**

**jvicenteandre@gmail.com**

**APRESENTAÇÃO ORAL**

**Desenvolvimento Rural, Territorial e regional**

**TURISMO NO ESPAÇO RURAL: A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS INSTALAÇÕES PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS CAUSADOS PELO EXCESSO DE CARGA NOS AMBIENTES RURAIS E NATURAIS.**

**RESUMO**

O artigo aborda a importância do planejamento dos equipamentos turísticos e outras instalações para propriedades que desenvolvem o turismo no espaço rural de forma a minimizar os impactos ambientais. O turismo apresenta potencialidades para o desenvolvimento rural sustentável e o planejamento turístico é uma das ferramentas fundamentais para garantir o desenvolvimento da atividade ao longo dos anos. Para tanto é necessário considerar a capacidade de carga dos ambientes naturais. Alguns indicadores de sustentabilidade são apresentados. O artigo enfatiza a necessidade de obter uma visão geral do que se possui através do inventário e que a propriedade seja subdividida (zoneada) de acordo com as particularidades de seu ecossistema. As instalações no meio rural necessitam ser alocadas segundo as idiossincrasias identificadas em cada localidade.

Palavras-chave:

turismo no espaço rural - planejamento de instalações - capacidade de carga - desenvolvimento sustentável.

**ABSTRACT**

The article approaches the importance of the planning of the tourism equipments and other installation in properties that develop the tourism in the rural space in way to minimize the environmental impacts. The tourism presents potentialities for the rural sustainable development and the tourism planning is one of the fundamental tools to guarantee the development of the activity along the years. However, it is necessary to consider the carrying capacity of the environment. The article emphasizes the need to obtain a general vision about what the property possessed through the inventory and, that the property it will be subdivided (delimitarized zone) in agreement with the particularities of its ecosystem. The installation in the rural space need to be allocated according to those idiosyncrasies.

#### Keywords

tourism in the rural space - planning of installation - carrying capacity - sustainable development.

## 1 Introdução

A vida moderna nas cidades caracterizada pela poluição, pela falta de “verde” e pelo excesso de veículos nas ruas, além de outros desgastes, faz com que a população urbana se sinta afastada de suas raízes e da própria terra (RUSCHMANN, 1997; RODRIGUES, 2000). Esse fenômeno vem despertando nas pessoas a busca por momentos diferentes onde possam desfrutar de ambientes que ainda não foram destruídos, e que o modo de viver das pessoas, a cultura e a natureza lhes propiciem desde descanso até o prazer de ver os filhos desfrutando de uma vida mais sadia comparada ao agito e a falta de liberdade das cidades.

Devido a este contraste entre cidade e campo, este último passa ser considerado como refúgio dos males da vida moderna (RODRIGUES, 2000) e muitos produtores rurais notaram a oportunidade de garantir renda extra através do turismo no espaço rural. O que antes não era aproveitado como fonte de renda como rios, cachoeiras, minas d’água, florestas, montanhas, grutas etc., agora passam ser motivo de apreciação e uso pelos mais diversos tipos de gostos. Nesse contexto costuma-se ter: turistas fugindo do cotidiano das cidades; empreendedores em busca de fonte de renda alternativa; e os recursos naturais que, desprotegidos, estão sujeitos a serem gradualmente degradados pelo uso ilimitado dos turistas e desconsiderados por muitos empreendedores que, ou por avidez, ou por falta de conhecimento, não tratam a atividade de forma adequada (RUSCHMANN, 1997; LEMOS, 2005). Segundo Ruschmann (1997, p. 27) é imprescindível a busca pelo equilíbrio para garantir a qualidade e a continuidade das atividades. “a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial importante [...] desde que associado à proteção dos espaços naturais e à excelência dos serviços e equipamentos oferecidos aos clientes.”

Quando os ambientes naturais ficam descaracterizados, deixam de ser convidativos aos turistas e passam a não gerar mais lucro aos proprietários. Segundo Krippendorf (apud RUSCHMANN, 1997, p. 95) “a massificação das visitas em ambientes naturais faz da atividade

uma ‘devoradora de paisagens’, pois o fluxo de grande quantidade de pessoas destrói aquilo que a faz viver – a beleza e a originalidade das atrações”.

Com base em estudos bibliográficos, o artigo busca discutir de forma bastante sucinta, a importância do inventário e o zoneamento de áreas rurais e naturais para o planejamento dos equipamentos turísticos e outras instalações de forma a minimizar os impactos ambientais em propriedades que desenvolvem o turismo no espaço rural. Após esta introdução, o artigo abordará as tipologias turísticas do meio rural e uma breve abordagem sobre o desenvolvimento sustentável, capacidade de carga dos ambientes naturais e alguns indicadores de sustentabilidade que podem ser aplicados às atividades turísticas. Posteriormente, se abordará a importância do planejamento das instalações tendo como pressupostos básicos, o inventário e o zoneamento das áreas reservadas às atividades turísticas.

Portanto, a questão norteadora do trabalho é: a) Tendo em vista que os ambientes naturais possuem capacidade de carga limitada (WACKERNAGLE e REES, 1996); b) que uma propriedade possui áreas com características diferentes; e c) que deve-se considerar os aspectos ambientais, sócio-culturais, históricos e econômicos para a utilização dessas áreas. Quais os principais fatores devem ser analisados para o planejamento das instalações no meio rural e natural?

## **2 Turismo e desenvolvimento sustentável**

O repensar dos impactos dos padrões atuais da economia mundial nos ecossistemas receberam forte repercussão após a conferência da terra (ECO 92). Desse encontro nasceu a Agenda 21 propondo aos países, diretrizes que poderiam levá-los não a um crescimento econômico, mas a um “desenvolvimento sustentável”.

A Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Ambiente (Rio-92) produziu documentos da maior relevância para lidar com crise ambiental: Agenda 21, Desertificação, etc. No entanto, talvez a maior herança da Conferência tenha sido a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável a todas as partes do mundo devido o envolvimento de um variado número de atores no seu processo de preparação que durou vários anos (SIENA, 2002, p. 28).

Foi a partir da ECO 92 que o conceito mais conhecido de desenvolvimento sustentável recebeu notoriedade sendo: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD apud RIBEIRO, 2002, p. 18). Existem outros conceitos que buscam uma maior abrangência e complementaridade, o que faz do “desenvolvimento sustentável” um conceito ainda em construção.

Para o propósito deste trabalho, o conceito de desenvolvimento sustentável para as atividades turísticas em ambientes rurais e naturais vem da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (CNUMAD), que coloca alternativas nas formas de praticar o turismo. Segundo Swarbrooke (2000, p. 11), “o debate sobre turismo sustentável é parcialmente influenciado pelo conceito geral de desenvolvimento sustentável”.

[...] aquele que satisfaz as necessidades dos turistas atuais das regiões de destino, ao mesmo tempo em que proteja e garanta a atividade para o futuro. Entende-se como uma

forma de gestão de todos os recursos de maneira que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas ao mesmo tempo, que se conservem a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida (CNUMAD, 1992).

Mais do que qualquer outra atividade, a necessidade de conservação dos recursos naturais é crucial para o turismo praticado nessas áreas. Swarbrooke (2000, p. 10) considera o desenvolvimento sustentável como questão de sobrevivência para as empresas que atuam nesse segmento pelas seguintes razões:

[...] se elas destruírem os recursos do meio ambiente dos quais seus negócios dependem, o futuro desses negócios estará em risco; se elas não agirem voluntariamente, os governos podem precisar regulamentar suas atividades; [e] elas têm responsabilidades muito mais amplas com a sociedade e não apenas a de serem “bons vizinhos”.

São vários autores que alertam para a “desconstrução” da atividade por desconsiderarem a relação intrínseca da atividade com o meio ambiente e com os fatores sócio-econômicos e culturais da localidade (LEMOS, 2005). Apesar de o trabalho focar a relação entre planejamento e proteção de ambientes naturais, de antemão salienta que essa proteção deve estar relacionada com a consideração e o respeito à cultura, aos costumes e à economia das populações autóctones (BENI, 1981).

Para muitas pessoas a sustentabilidade versa sobre o meio ambiente, principalmente o meio ambiente natural, físico, e sua proteção. Entretanto,... há muito mais coisas ligadas ao meio ambiente do que apenas o cenário natural...Pensemos em termos de ecossistemas ao invés de meio ambiente, e reconheçamos que o homem é um elemento importante e válido dentro do ecossistema (SWARBROOKE, 2000, P. 75)

Para a maioria dos estudiosos, o turismo no espaço rural precisa ser mais bem compreendido. Para Tulik (apud SALLES, 2003 p. 21), “A dificuldade para se estudar o turismo rural advém, primordialmente, da ambigüidade do termo e dos critérios utilizados para delimitar espaços rurais e urbanos”. Para dirimir as “confusões terminológicas” entre turismo rural e ecoturismo ou turismo ecológico, a mesma autora sugere o tratamento “turismo no meio rural” – “como tudo que ocorre no meio rural, em relação ao aproveitamento do turismo”. Em Portugal emprega-se oficialmente a expressão “turismo no espaço rural” (RODRIGUES, 2000), no Brasil vários autores também utilizam este termo. Para Zimmermann (2000, p. 127).

Podemos conceituar turismo no espaço rural, ou simplesmente turismo rural, como todas as atividades turísticas endógenas desenvolvidas no meio ambiente natural e humano. Sua concepção é bastante abrangente, pois apresenta muitos pontos comuns com outras atividades no mesmo espaço, por exemplo, turismo ecológico, turismo cultural, turismo de aventura e turismo esportivo.

Desta forma o turismo no espaço rural abrange várias tipologias. A OMT (2003, p. 69-73) cita treze tipos diferentes. Para o objetivo desse trabalho é suficiente a abordagem de apenas três: a) turismo rural; b) turismo ecológico; e c) turismo de aventura.

O turismo rural atrai as pessoas pelas características diferenciadas de suas atividades econômicas e culturais. As pessoas que buscam estritamente esse tipo de turismo estão dispostas em conhecer animais da fazenda, plantações, lidas agropecuárias, comida caipira e, entre outras,

ter contato com os costumes e a cultura do homem do campo, além de receber atendimento familiar.

Na sua forma mais original e “pura”, o turismo rural deve estar constituído em estruturas eminentemente rurais, de pequena escala, ao ar livre, proporcionando ao visitante o contato com a natureza, com a herança cultural das comunidades do campo e as chamadas sociedades e práticas “tradicionais” (RUSCHMANN, 2000, p. 63).

O turismo ecológico ou ecoturismo tem como objetivo colocar o homem em contato com a natureza (ARAÚJO, 2000). Os turistas querem caminhar pela floresta, tirar fotos de borboletas, pássaros e outros animais selvagens, conhecer vegetações, rios, cachoeiras etc. Em Reservas Extrativistas (RESEXs) alguns turistas buscam também o contato com a cultura e os costumes das populações locais (DORIA e AZEVEDO, 2007). É importante salientar que neste caso a atividade turística é planejada como forma econômica alternativa dessas populações. O fluxo de pessoas nesses ambientes é controlado e devem primar pelo equilíbrio entre o meio ambiente e os aspectos sócio-econômicos e culturais das populações autóctones (DORIA e AZEVEDO, 2007). O Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia (MMA) conceituam o ecoturismo sendo,

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (MICT; MMA, 2007, p. 9).

O turismo de aventura aproveita o meio natural para a prática de esportes radicais como: alpinismo, descida em botes infláveis nas corredeiras (*duke* e *acqua ride*), arborismo, *rapel* entre outros. O Ministério do Turismo (2005, p. 9) conceitua o turismo de aventura sendo:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural.

Existem outras atividades que são praticadas nos espaços rurais e naturais como: turismo de caça, turismo cultural e turismo de pesca. Graziano (2000) também cita como atividades turísticas no meio rural, as fazendas-escola, os complexos hípicas, leilões e exposições agropecuárias e festas e rodeios.

É comum empreendimentos no meio rural oferecer produtos turísticos relacionado a mais de uma tipologia como forma de aproveitar todas as possibilidades potenciais para atraírem os turistas. Deste modo, é importante discutir a capacidade de carga desses ambientes ao longo dos anos. Devido ao amplo leque de ofertas no meio rural, o empreendedor pode ser levado a buscar um número cada vez maior de visitantes, visando a maximização da lucratividade sem a devida atenção à capacidade de carga dos ecossistemas.

## 2.1 Capacidade de carga e turismo sustentável

Entende-se por capacidade de carga, “O consumo máximo que uma determinada área é capaz de suportar sem diminuir sua capacidade de recomposição, e garantir suas características para o futuro” (WACKERNAGLE e REES, 1996).

Para Boo (apud RUSCHMANN, 1997, p. 116), a capacidade de carga de um recurso turístico é entendida como “o número máximo de visitantes (por dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações nos meios físico e social”.

Swarbrooke (2000, p. 41) cita os vários tipos de capacidade de carga comum na literatura do turismo sustentável:

**Física:** o número de turistas que um lugar pode acomodar fisicamente;

**Ambiental ou ecológica:** o número de turistas que pode ser acomodado antes que se iniciem os danos ao ambiente ou ao ecossistema;

**Econômica:** o número de turistas que pode ser recebido antes que a comunidade local comece a sofrer problemas econômicos, ex.: preços majorados de moradia e das terras;

**Social:** o número de pessoas acima das quais ocorrerá perturbação social ou prejuízo cultural irreversível;

**Perceptiva:** o número de pessoas que um lugar pode receber antes que a qualidade da experiência do turista comece a ser afetada negativamente;

**Infra-estrutural:** o número de turistas que podem ser acomodados pela infra-estrutura da localidade.

Como se pode observar, a capacidade de carga em áreas turísticas se apresenta em diversos segmentos. Apesar deste trabalho tratar da capacidade de suporte ambiental ou ecológico, é essencial a busca de ações que contemplem todas as demais variáveis, focando o universo da atividade de forma sistêmica. Segue alguns indicadores que podem auxiliar os tomadores de decisões no controle do número de visitantes em ambientes naturais.

Lazato-Giotart (apud Ruschmann, 1997, p. 119) demonstra alguns critérios que têm sido utilizados para mensurar a capacidade de carga nos espaços naturais de empreendimentos turísticos, principalmente à capacidade de carga na praia. Para o propósito deste trabalho se verificou a importância de citar, dentre os demais critérios, o Índice Espacial de Freqüentação Turística (STI – *Spatial Tourist Intensity*):

Número de turistas (dia/estação/ano)/ Hectare ou acre

Calcula-se o número de turistas pela totalidade de pernites ou de visitantes em determinada área ou em determinado equipamento turístico.

Roberto Boullón (apud Ruschmann, 1997, p.124), sugere que a capacidade de carga pode ser mensurada através da divisão de uma determinada área pelo seu padrão de freqüência (resultado da média das necessidades ideais para a proteção do local).

*Capacidade do local = Dimensão da área / Padrão da freqüência*

O total das visitas diárias obtém-se da seguinte forma:

*Total visitas diárias = capacidade do local X coeficientes de rotação*

O coeficiente de rotação é determinado pela divisão do número de horas diárias que o local está habilitado para a visita pelo tempo médio de duração de uma visita, de acordo com a seguinte expressão:

*Coeficiente de rotação = Tempo disponível para visita / duração média das visitas*

A Pegada Ecológica (*Ecological Footprint*) desenvolvida por Wackernagle e Rees (1996) tem sido um método muito utilizado para mensurar capacidade de os ecossistemas suportarem um determinado padrão de consumo. Para Dias (2002, p. 186) “A pegada ecológica demonstra a dependência contínua da humanidade aos recursos da natureza, ao revelar quanto de área da terra é necessário para manter certa população com certo estilo de vida, indefinidamente”. O método demonstrado principalmente, a forte dependência de recursos naturais dos países do hemisfério norte sobre os países em desenvolvimento do hemisfério sul. Em síntese, as funções do *Ecological Footprint* são: traduzir sustentabilidade em ação pública; mensurar fluxos de energia e matéria e convertê-los em área de terra e água necessárias para suportá-los; e estimar consumo de recursos e capacidade de absorção de resíduos em termos de área de terra (WACKERNAGLE E REES, 1996).

Apesar da sua aplicabilidade na atividade turística ser ainda irrisória, existe iniciativas como a dos professores S. Gössling; C. Borgström Hansson; O. Hörstmeier; e S. Sagged (2002) que utilizaram o método para mensurar os impactos sobre os ecossistemas das viagens aéreas de longo percurso para finalidades de lazer. As principais críticas ao método são: a pretensão de reduzir a complexidade dos ecossistemas em hectares e do método ser bastante pessimista.

Em seguida é abordada a importância do planejamento dos equipamentos, instalações e outras estruturas para que essas sejam estrategicamente desenvolvidas a fim de distribuí-los de acordo com a capacidade de carga de cada ambiente. Para isso é necessário que o empreendedor tenha internalizado desde o início, sua responsabilidade com os ecossistemas.

### **3 O planejamento das instalações e a capacidade de carga dos ecossistemas**

A utilização das ferramentas citadas ou outras ferramentas apenas serão eficazes se os empreendedores possuírem uma sólida consciência sobre a finitude dos recursos naturais e a necessidade de preservá-los ao longo dos anos. Empreendimentos com valores fundamentados no desenvolvimento sustentável poderão mais facilmente induzir seus visitantes a um maior comprometimento com a proteção dos recursos naturais. É fundamental saber dosar a oportunidade de gerar renda com o turismo e manter as características vitais dos ambientes naturais em atrair pessoas. Para Ruschmann (1997, p. 118) “o excesso na quantidade de turistas nos equipamentos compromete a qualidade dos serviços e prejudica a continuidade e a repetição das visitas dos turistas”.

A respeito dos valores das organizações turísticas, é necessário que a responsabilidade com os ecossistemas seja revelada, de preferência formalmente, através da missão e visão do empreendimento. Segundo Kotler (2000, p. 87), “a missão deve promover um senso compartilhado de propósito, direção e oportunidade”. É claro que um quadro com uma missão repleta de valores e boas intenções não terá validade se, de fato, o compromisso em manter a integridade dos recursos naturais não permear toda a organização. As pessoas que trabalham na atividade devem “respirar” esse compromisso. A partir da razão de ser de um empreendimento e de sua visão de futuro, o planejamento das ações torna-se mais claro. As variáveis relacionadas à preservação dos ecossistemas e sua capacidade de absorver os impactos da atividade devem possuir elevado grau de importância no planejamento estratégico dessas organizações.

O planejamento é ação vital para qualquer organização e, para a atividade turística em ambientes rurais e naturais, não pode ser diferente. A abrangência do planejamento turístico extrapola áreas mais comuns a outros segmentos. Ela é interdependente dos aspectos sociais,

ambientais e econômicos da localidade. Conforme Ruschmann (2004, p. 3), “as atividades turísticas organizadas em consonância com o respeito ao meio ambiente natural e cultural geram empregos e receitas e, conseqüentemente melhoram a vida da comunidade.”

Portanto, impactos ambientais poderão ser controlados e minimizados com a formulação e execução de planejamento adequado. A atratividade e a conservação dos recursos naturais dependerão da forma pela qual se ocupou o local e de que forma as ações dos empreendedores são dirigidas (RUSCHMANN, 1997). A Organização Mundial de Turismo – OMT considera alguns princípios para o planejamento do turismo sustentável: a) aplicar medidas rigorosas de conservação à área natural; b) estabelecer padrões de capacidade de carga; c) construir instalações turísticas de pequena escala em locais ambientalmente apropriados; d) Preparar e distribuir códigos de conduta; e) oferecer guias de viagens bem treinados; e f) integrar as comunidades locais à atividade turística.

O propósito deste trabalho é discutir de forma resumida a importância do item “c” - construir instalações turísticas de pequena escala em locais ambientalmente apropriados – para o desenvolvimento adequado da atividade e conservação dos recursos naturais.

Para Ruschmann (1997, p. 135), “as instalações para o turismo apresentam uma grande diversidade e compreendem aquelas destinadas à prestação dos serviços gerais e as mais específicas”. Ainda segundo a autora, as instalações específicas abrangem os seguintes setores: a) alojamento; b) alimentação e bebidas; c) transportes turísticos; d) animação turística (entretenimentos); e e) informação turística. As instalações turísticas devem ser projetadas em consonância com o ambiente rural ou natural, devendo dar preferência para instalações e equipamentos de lazer mais simples, onde seus materiais sejam em sua maioria provenientes do próprio local (ARAÚJO, 2000).

Alguns empreendedores por não compreender o exato sentido de se promover a atividade no meio rural e natural e, na ânsia de satisfazer a algumas categorias de visitantes, acabam construindo instalações semelhantes as do meio urbano e lançam mão de certas práticas desnecessárias do ponto de vista ecológico (RUSCHMANN, 1997).

O empreendedor deve planejar minuciosamente – em muitos casos deverá contar com o auxílio de profissionais de várias áreas – de que forma alocar as estruturas e os equipamentos turísticos. Esta primeira fase será decisiva para consolidar como, quando e quantas pessoas utilizarão os ambientes rurais e naturais. A OMT (2003 p. 48) preconiza que a capacidade de carga de um ambiente está relacionada ao nível de utilização pelos turistas que: “não resultará em séria deterioração ambiental ou problemas socioculturais e econômicos na área turística e não será interpretado pelos turistas como algo que venha a depreciar o seu prazer em relação à área”.

A OMT (2003, p. 69) apresenta algumas questões que precisam ser analisadas ao planejar instalações turísticas com a finalidade de evitar impactos ambientais:

- 
1. Esta instalação foi projetada para respeitar a capacidade de carga do local?
  2. Esta instalação é conveniente ao usuário? (Considere a acessibilidade, o fluxo de visitantes e o uso efetivo).
  3. A instalação mantém a escala dos arredores e do estilo local?
  4. A localização dos prédios respeita a preservação de árvores e minimiza as escavações e os aterros?
  5. Os prédios são compatíveis e discretos dentro de seus ambientes?
  6. Foram utilizados materiais de construção e de paisagismo locais onde foi possível?
  7. A instalação interfere o mínimo possível no ecossistema natural? (Por exemplo, as pistas da estrada bloqueiam córregos ou o escoamento polui cursos ou fontes d'água naturais?)
  8. As pistas de estradas, os passeios e as trilhas são discretas, projetadas para minimizar a erosão e controlar o fluxo de trânsito?
  9. Os padrões meteorológicos foram considerados e ajustados?
-



**Figura 1:** Questões a serem analisadas para o planejamento de instalações turísticas em áreas naturais e rurais.

**Fonte:** Adaptado de *Guidelines: Development of National Parks and Protected Areas for Tourism*. OMT, 1992.

Uma das primeiras medidas antes de se iniciar qualquer instalação, é inventariar todos os recursos presentes na propriedade e suas características (SALLES, 2003). Essa fase é imprescindível para delinear as demais fases do planejamento.

### 3.1 O Inventário

O inventário fornece uma visão geral do que se possui e como os recursos deverão ser manejados. Aulicino (apud SALLES, 2003, p. 15), afirma que,

Conhecer o ambiente alvo de exploração, tanto através da bibliografia disponível, como “in loco”, de forma a conferir, reforçar, ampliar ou refutar o anteriormente pesquisado. É esse conhecimento que vai permitir a elaboração de um inventário das aptidões do local, do ponto de vista da exploração turística.

As figuras abaixo apresentam uma síntese das variáveis a serem inventariadas procurando enfatizar as variáveis mais relevantes para a minimização de impactos ambientais. As figuras estão longe de esgotar todos os recursos em uma propriedade, cada empreendimento deverá analisar a necessidade de acrescentar ou excluir itens para o levantamento. É comum que o inventário seja o mais abrangente possível. A maioria das literaturas apresenta roteiros para realização de inventários no âmbito municipal. Buscou-se neste trabalho, manejar as informações de forma a atender as necessidades de unidades turísticas.

<b>AMBIENTE NATURAL</b>	
<b>Variáveis</b>	
<p><b>1. Fatores abióticos</b> Clima regional</p> <p><b>2. Relevo</b> Tipo predominante Altitudes mais freqüentes Geomorfologia (tipologia dos solos)</p> <p><b>3. Espeologia</b> Cavidades subterrâneas Sítios arqueológicos Sinais paleontológicos</p> <p><b>4. Vegetação</b> Características dos Biomas Problemas ambientais Projetos e programas (manejo, cooperações)</p>	<p><b>5. Fauna</b> Características Alimentação e reprodução Migrações Origem das ameaças às espécies</p> <p><b>6. Flora</b> Diversidade Ameaçadas de extinção Singularidade</p> <p><b>7. Hidrografia</b> Cursos d'água Cascatas e quedas d'água Lagoas e açudes Fontes hidrominerais e termais</p>

**Figura 2:** Principais variáveis a serem inventariadas no ambiente natural.

**Fonte:** Adaptado de Salles (2003) e Organização Mundial de Turismo (2003).

<b>AMBIENTE RURAL</b>	
<b>Variáveis</b>	
<p><b>1. Distribuição da área específica (em hectares)</b> Área total</p>	<p><b>3. Atividades agrícolas desenvolvidas</b> Culturas</p>

Áreas protegidas (reservas)	Condições de plantio
Áreas aproveitáveis e não exploradas	Localização das plantações
Áreas de criação de animais	Locais de armazenagem
Áreas exploradas	Combate às pragas
<b>2. Criação de animais</b>	Produção
Identificação e número de animais	Época de plantio, poda, colheita e re-plantio.
Localização e tipo das instalações	Pontos de venda
Pontos de venda	
Origem das rações	

**Figura 3:** Principais variáveis a serem inventariadas no ambiente rural.

**Fonte:** Adaptado de Salles (2003) e Organização Mundial de Turismo (2003).

Segue abaixo alguns fatores que podem ser analisados por propriedades que já praticam a atividade turística e necessitam otimizar suas áreas de acordo com suas particularidades.

- Atividades voltadas à agropecuária.
- Localização e características das trilhas.
- Localização e trajetos para cavalgadas.
- Locais para pesca.
- Locais para turismo de aventura.
- Locais e meios de hospedagem.
- Restaurantes e origem dos alimentos.

O objetivo do trabalho é discutir a importância de alocar os recursos turísticos que farão parte do cenário rural e natural de forma a minimizar os impactos ambientais. É produtor que o no momento do inventário sejam levantadas todas outras informações possíveis que servirão para o planejamento de outras ações. Na macrolocalidade poderão ser levantadas informações como: indicações de acessos; distâncias entre cidades e/ou bairros circunvizinhos; acesso por ferrovias, rodovias, via marítima, fluvial e aérea; infra-estrutura do entorno como: assistência médica, comunicação, serviços mecânicos, segurança pública, bancos, bancas de revistas etc. Informações sobre os aspectos étnico-culturais e históricos também poderão ser levantadas como: histórico e antecedentes legais, histórico da propriedade, festas e tradições locais e artesanato local (SALLES, 2003; OMT 2003).

O inventário da localidade não terá eficácia se não houver cuidadosa análise das variáveis inventariadas. “Todos os elementos levantados são analisados de uma maneira integrada e abrangente (síntese de planejamento) para o entendimento das suas inter-relações” (OMT, 2003, p. 46). Além de levantar todas as características do lugar, é necessário dividir as áreas de acordo com suas idiosincrasias.

### 3.2 O zoneamento

O inventário é pré-requisito para uma outra fase muito importante que é o zoneamento dos espaços que devem ser totalmente protegidos e aqueles que permitem que as atividades turísticas sejam desenvolvidas de forma controlada (BOVY apud RUSCHMANN, 1997, p.127). Em uma única área podem ser encontradas formas diferentes de flora, fauna, hidrografia, relevo, tipo de solo entre outras. É necessário que ajam critérios para a ocupação de cada local (RUSCHMANN, 1997). A Figura 4 apresenta um sistema amplamente utilizado em todo mundo que é a subdivisão das áreas naturais, em sete zonas de manejo, a saber:

<b>Descrição da zona</b>	<b>Principais características</b>	<b>Limitação de acesso</b>
<b>Zonas intangíveis</b>	Ecossistemas únicos e frágeis; flora, fauna e fenômenos naturais singulares.	Acesso extremamente restrito. Traçados de caminhos e veículos proibidos.
<b>Zonas primitivas</b>	Ecossistemas únicos; flora, fauna e fenômenos naturais singulares, mas que possuem relativa resistência.	Acesso restrito. Traçados de caminhos e veículos proibidos.
<b>Zonas de uso extensivo</b>	Áreas que apresentam alguma alteração provocada pelo homem.	Acesso moderado
<b>Zonas de uso intensivo</b>	Apresentam relativo grau de intervenção humana; Permite atividades recreativas densas.	Acesso livre. Sua topografia permite o trânsito de veículos e equipamentos de apoio.
<b>Zonas histórico-culturais</b>	Marcos históricos, arqueológicos	Acesso restrito
<b>Zonas de recuperação natural</b>	Ambientes que sofreram intensa degradação necessitando restauração.	Acesso restrito
<b>Zonas de uso especial</b>	Áreas destinadas para a administração, obras públicas e outras atividades	Acesso livre

**Figura 4:** Zoneamento de áreas naturais para em empreendimentos turísticos.

**Fonte:** Adaptado de Roa (apud RUSCHMANN, 1997, p. 129)

O planejamento das instalações por si só não é capaz de garantir o desenvolvimento sustentável do empreendimento. “O meio ambiente é um fenômeno complexo, constituído de um conjunto de inter-relações entre o meio ambiente físico e as espécies da flora e da fauna, inclusive os seres humanos” (SWARBROOKE, 2000, p. 84). O monitoramento da execução e as formas de gestão são imprescindíveis para garantir que os objetivos e a missão sejam atingidos. O planejamento das instalações deve estar inter-relacionado com o planejamento das demais áreas, e sempre considerando a dinâmica dos ecossistemas. “Para administrar a ligação entre o turismo e o meio ambiente com maior eficiência, precisamos definir o conceito de ‘ecossistemas’ e traçar um plano de acordo com ele” (SWARBROOKE, 2000, p. 84).

#### 4 Conclusão

Muitos autores têm defendido o turismo como uma forma alternativa de renda no meio rural, essa nova oportunidade é percebida pelo fato das pessoas sentirem desejo de passar momentos longe da agitação dos centros urbanos e da rotina do dia-a-dia. Muitas iniciativas são empreendidas a fim de satisfazer essa clientela através da abertura de suas propriedades para visitas. Normalmente essas propriedades possuem atrativos dos mais diversos, abrangendo tanto recursos organizados e edificados pelo homem, como os recursos naturais. O turismo no espaço rural pode abranger vários tipos de turismo encontrados na literatura, os mais comuns encontrados no meio rural são: ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural.

A atividade tem se apresentado também como uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável. O turismo quando adequadamente planejado em consonância com a devida valorização ambiental, social e econômica das localidades, apresenta baixo impacto ambiental. A decisão por tornar a propriedade aberta a visitas deve estar baseada em um criterioso estudo sobre todos os recursos existentes e considerar em primeiro momento o valor que o ecossistema possui para o desenvolvimento da atividade ao longo dos anos. Devido ao amplo leque de ofertas no meio rural, o empreendedor pode ser levado a buscar um número cada

vez maior de visitantes, visando a maximização da lucratividade sem a devida atenção à capacidade de carga dos ecossistemas.

Conclui-se que uma das alternativas para minimizar os impactos causados pela atividade turística no meio rural e natural, é o planejamento das instalações. As decisões sobre onde alocar, e que características deverão possuir as instalações turísticas, devem levar em consideração as particularidades sociais, ambientais e econômicas do local. Como o objetivo desse trabalho foi focar os aspectos ambientais, acredita-se que a capacidade de carga dos ambientes naturais podem ser controlados através de indicadores específicos e principalmente através do planejamento das instalações. O inventário e o zoneamento são abordados como fases imprescindíveis para o conhecimento da área a ser planejada.

Será de grande utilidade que pesquisas sejam direcionadas de forma contribuir para o adequado desenvolvimento da atividade turística no espaço rural. Um dos desafios é tratar conceitos como capacidade de carga, indicadores de sustentabilidade, ecossistema, zoneamento entre outros, de forma que possam ser compreendidos e aplicados por todos que lidam com a atividade.

## 5 Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José Geraldo Fernandes. **ABC do turismo rural**. 1ª Ed. Viçosa MG: Aprenda Fácil, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1997.

BITTENCOURT, Pedro de Alcântara; Ministério do Turismo, et al. **Ecoturismo: caminhos do futuro**. São Paulo: IPSIS, 2007. Disponível em: ><http://institucional.turismo.gov.br>> Acesso em: 02 julho 2007.

DIAS, Genebaldo Freire: **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia: 2002.

DORIA, Carolina R. C et al. **Ecoturismo na Amazônia: alternativa de renda para comunidades locais?** Porto Velho RO, EDUFRO, 2007.

GÖSSLING S; Borgström C. Hansson; O Hörstmeierc. **Ecological footprint analysis as a tool to assess tourism sustainability: A method for the assessment of the sustainability of tropical island tourism**. Disponível em <http://www.eldis.org/go/home> >Acesso em: 24 junho 2007.

GRAZIANO, José da Silva. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. In. ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José marcos; REIEDL, Mário (Org). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 1 ed. Campinas: Papirus, 2000. 15-62.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 10ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LEMOS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. 1ª ed. São Paulo: Aleph, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

REGULAMENTAÇÃO, NORMATIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM TURISMO DE AVENTURA. RELATÓRIO DIAGNÓSTICO. Brasília: Ministério do Turismo, 2005. Disponível em: ><http://institucional.turismo.gov.br>> Acesso em: 02 julho 2007.

RIBEIRO, Adagenor Lobato. **Modelo de indicadores para mensuração do desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Belém: 2002. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Sócio-Ambiental), Universidade Federal do Pará, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo eco-rural: interface entre o ecoturismo e o turismo rural**. In. ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José marcos; REIEDL. Mário (Org). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 1 ed. Campinas: Papirus, 2000. 111-126.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SALLES, Mary Mércia G. Turismo Rural: **Inventário turístico no meio rural**, 1ª Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

SIENA, Osmar. **Método para avaliar progresso em direção ao desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina , 2002.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

ZIMMERMANN, Adonis. **Planejamento e organização do turismo rural no Brasil**. In. ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José marcos; REIEDL. Mário (Org). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 1 ed. Campinas: Papirus, 2000. 127-142.

WACKERNAGLE, M.; REES, W. E. **Our ecological footprint: reducing human impact on the Earth**, 1996.